

Dois filólogos socorrem constituintes

RIO
AGÊNCIA ESTADO

"Uma Constituição tem de ser clara, com um texto inequívoco, simples", de modo a não permitir interpretações dúbias. A afirmação é do filólogo Antônio Houaiss, convidado pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, para fazer a revisão do substitutivo que será divulgado hoje, em Brasília. Houaiss contará, para esse trabalho, que deverá ser feito em apenas 48 horas, com a colaboração do filólogo e gramático Celso Cunha.

Ninguém deve deixar de cumprir o que determina a Constituição por desconhecer o sentido de seu texto, reforça Cunha, em defesa de uma nova Carta com preceitos claros e acessíveis ao entendimento do cidadão. E cita a legislação brasileira para a habitação como exemplo de texto de difícil compreensão para os próprios mutuários, quando deveria ser exatamente o contrário.

Houaiss e Cunha, apesar de manifestações de desacordo de alguns juristas, executarão um trabalho que não é exatamente novidade. A primeira Constituição republicana brasileira, a de 1891, teve como redator Ruy Barbosa, ajudado por Cesário Alvim, avô do senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização. Em 34, o pai do senador, Afrânio de Mello Franco, fez tra-

balho semelhante. A Carta de 46 não precisou do auxílio de lingüistas de fora, porque os constituintes tinham o domínio do idioma (o escritor Jorge Amado foi um deles). Em 67, a redação ficou a cargo de Abgard Renault.

Antônio Houaiss, um dos filólogos com maior número de obras publicadas, foi uma das vítimas da interpretação equivocada da lei, a da anistia. Cassado em 1964, quando era ministro de segunda classe do Itamaraty, seus colegas no Ministério das Relações Exteriores esperavam que, anistiado, Houaiss passasse a ministro de primeira classe. "A lei da anistia era clara, mas foi interpretada e essa interpretação tem o sentido contrário do original. Assim, não me resta outra alternativa senão ficar à espera da Justiça. Fatos como este, em todos os segmentos da Justiça, não podem acontecer com o cidadão, senão ele não é um verdadeiro cidadão. Por isso, as leis têm de ser claras" — explica.

Ontem, Houaiss deu a seguinte entrevista a O Estado:

Qual foi a Constituição que, a seu ver, teve o melhor texto?

A de 1891 não precisou de revisão. Foi de Ruy Barbosa. Mas a de 46 teve um texto bom. O texto de uma Constituição, e qualquer texto, para ser claro pode até ter palavras repetidas. Não precisa ser bonito, tem de ser claro, para evitar que cada um o interprete da maneira que lhe convier, para impedir que o cidadão fique à sombra da interpretação dos

homens que estão no poder. Algumas expressões têm de ser bem definidas. Por exemplo: a livre iniciativa, assim colocada, pode ser a livre iniciativa que os bicheiros pretendem. É, então, necessário, adotar o princípio da livre iniciativa, mas dentro dos limites da lei, sem, entretanto, mudar o seu significado.

O escritor Octávio Paz diz que, quando uma sociedade se corrompe, a primeira coisa que se decompõe é a linguagem. A crise do País exige, então, cuidados especiais com a linguagem de uma Constituição, torna mais necessária a clareza?

A clareza é sempre fundamental em uma Constituição, mas às vezes, realmente, ela se torna ainda mais necessária. O neologismo, por exemplo, é melhor que não seja admitido no texto constitucional, porque ainda abre a perspectiva de interpretações dúbias. O texto de uma Constituição não deve ser complexo e gerar várias interpretações. O apêndice jurídico "não interferindo a lei", por exemplo, pode permitir vários tipos de interpretações. Há outro aspecto: no Brasil há o hábito de se evitar a repetição das palavras, para tornar o texto mais elegante. Mas repito: a bem da clareza, é melhor que ele seja repetitivo, ainda que não em exagero.

O senhor pode dar um exemplo bem simples, não jurídico, de texto constitucional confuso?

A atual Constituição refere-se ao

homem, à mulher e às crianças, ao citar certos direitos do cidadão. Mas pergunto: como se pode ser, ao mesmo tempo, cidadão e criança, se, para ser cidadão, é preciso se ter a maioridade? Isso cria um equívoco constitucional, pois, obviamente, a criança, sendo menor, ainda não é um cidadão.

Qual a melhor Constituição, do ponto de vista de texto inequívoco? A feita por um grupo de juristas ou a elaborada através de uma Constituinte?

Quando uma Constituição é escrita por um grupo de pessoas, a obscuridade do texto pode ser intencional, mas quando há a representação de todas as tendências ideológicas, como em uma Constituinte, ninguém pode esconder o jogo, pois, se o fizer, pode acabar vítima do próprio jogo.

Há um certo preconceito de alguns juristas contra a revisão dos anteprojetos constitucionais. Mas a França, para citar só um exemplo, sempre teve uma tradição de leis claras, desde Napoleão.

E verdade. O texto constitucional francês tem uma tradição desde a época do Código Civil napoleônico. No estudo do Direito você deve ter constatado esta preocupação dos legisladores franceses. Por isso, nosso trabalho, que poderá ser feito em 48 horas corridas, vai ter a preocupação apenas com a forma, tornando-a clara quando ela assim não estiver. Não queremos e nem devemos alterar o conteúdo.



Substitutivo fica para quarta-feira

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O substitutivo constitucional que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, entregaria hoje às 17 horas ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, será entregue somente na quarta-feira. O adiamento foi decidido para dar tempo aos diversos grupos ideológicos, formados entre os parlamentares, de chegar a um acordo quanto ao texto final do documento.

Ontem, muito preocupado, Ulysses concordava com a observação do deputado Virgíldio Senna (PMDB-BA) de que a vigência do sistema parlamentarista de governo somente para o sucessor do presidente José Sarney poderia levar ao ridículo a Assembleia Nacional Constituinte. "Seria preferível até o absurdo de adiar a vigência de toda a Constituição a aceitar a proposta de Bernardo Cabral nesse aspecto", comentou Ulysses. Para ele, "não há exemplo de Carta constitucional promulgada e de vigência aprazada. Não é possível o País conviver com duas consti-

tuições e dois sistemas de governo — um presente, outro pretérito".

Durante todo o dia de ontem, 11 relatores-auxiliares estiveram reunidos no 24º andar do Banco do Brasil, tentando obter consenso nos pontos mais polêmicos da nova Constituição. A imissão imediata de posse nas desapropriações de terras continuava sendo o maior problema. O senador Mário Covas disse que o grupo estava tentando uma fórmula "mais palatável" para o caso. Não havendo entendimento, o assunto irá a votação em plenário sem nenhum acordo.

Os outros pontos principais sem consenso até ontem eram os seguintes: sistema de governo, voto, distrital, mandato presidencial, direito de greve do funcionalismo público, reforma tributária, estabilidade no emprego e criação de novos estados. A redução da jornada de trabalho das atuais 48 horas semanais será remiti-

da para a lei ordinária, podendo ainda ser aceito meio termo em relação à estabilidade, que deverá ser substituída pela proibição da demissão imotivada.

Mário Covas disse aceitar o parlamentarismo com uma condição: que o mandato do presidente Sarney termine no máximo um ano após a promulgação da nova Carta. A proposta dominante era a mudança de sistema de governo só quando terminar o mandato de Sarney, em 1989, o que Covas e os partidários de eleições diretas não aceitavam de forma alguma.

O líder do PMDB no Senado acha, "um absurdo" fazer do regime de governo e do mandato presidencial um problema de negociação na Constituinte. "Este é um tema que divide inevitavelmente os parlamentares e que deverá ir obrigatoriamente à votação sem consenso", previu ele.

Bernardo Cabral chegou logo cedo ao prédio do Banco do Brasil, onde seus principais auxiliares vem se reunindo, há alguns dias, para fugir ao assédio da imprensa. Mas ficou por pouco tempo, saindo por volta das 11 horas, para encontrar-se com Ulysses Guimarães. Sua equipe esperava-o para o trabalho da tarde, quando continuaram tentando fechar um texto com o menor número possível de pontos discordantes.

Estavam presentes na reunião do 24º andar do BB, além de Covas, os senadores Fernando Henrique Cardoso, Almir Gabriel, Maurício

Correa, Virgílio Távora e os deputados Pimenta da Veiga, Nelson Jobim, José Carlos Serra, Plínio Sampaio, Antonio Britto, Vivaldo Barbosa e Bonifácio de Andrada.

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA), dos mais ligados a Sarney, também criticou a proposta do relator da Comissão de Sistematização sobre a vigência do parlamentarismo. Na sua opinião, deixá-la para após o término do mandato de Sarney "levaria a sociedade brasileira ao caos". O líder governista Carlos Sant'Anna e o deputado Prisco Viana advertiram para o risco da manobra montada pelos defensores do parlamentarismo e propõem a articulação de uma fórmula capaz de anular a estratégia parlamentarista, com o apoio de Ulysses e das lideranças fiéis a Sarney.

SARNEY

O exame do substitutivo de Bernardo Cabral impediu que o presidente José Sarney passasse o fim de semana no seu sítio de Pericumã. O presidente passou o dia de ontem com a família no Palácio da Alvorada, mas conversando seguidamente com parlamentares pelo telefone.

Ulysses não concorda com prazo maior

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Em reunião informal com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, além do relator Bernardo Cabral solicitaram sem êxito a prorrogação do prazo de entrega do substitutivo de Cabral por uma semana. Ulysses considerou "excessivo" o prazo e concedeu apenas 72 horas, "sem prejuízo dos demais prazos da tramitação constitucional, que deverão ser cumpridos".

Não foram suficientes para demover Ulysses de sua posição fiel ao calendário já estabelecido os argumentos levantados por Arinos, Cardoso e Cabral de que a assessoria da Comissão de Sistematização precisa ainda dar parecer às 21.800 emendas apresentadas. "Essas emendas precisam ser cotadas com o substitutivo para se saber se foram contempladas", justificou Ulysses, ressaltando que a decisão não fere o Regimento Interno da Constituinte.

Com relação aos pontos polêmicos que ainda persistem, como o caso do sistema de governo, reforma agrária, anistia aos militares e outros, Ulysses comentou que os entendimentos políticos "vão continuar, tanto na apresentação deste primeiro substitutivo como na apresentação do segundo e também até durante a votação em plenário". Portanto, conforme a análise do presidente da Constituinte, este não seria um argumento para adiar a entrega do atual substitutivo do relator da Comissão de Sistematização.

NÓVA FÓRMULA

O deputado Bernardo Cabral garantiu, após a reunião com Ulysses, a tarde, que o sistema de governo que constará do texto será o parlamentarismo, implantado após 120 dias da promulgação da nova Carta. Ele revelou que a grande maioria dos parlamentares constituintes preferiu esta opção a outra, sugerida por ele, de se implantar o parlamentarismo depois de terminado o mandato de Sarney. Desta forma, seria afastada a opção que causaria a vigência simultânea de duas constituições: uma, até o final do mandato de Sarney, de governo presidencialista; e outra, para o sucessor de Sarney, parlamentarista.

Cabral observou que os constituintes ainda estão discutindo o prazo para a vigência da implantação do parlamentarismo no País. Alguns defendem os 90 dias, embora ele acredite que a fórmula vitoriosa será mesmo a que anunciou após o encontro com Ulysses: 120 dias.

Nem o relator da Comissão de Sistematização nem o senador Fernando Henrique Cardoso quiseram, porém, adiantar qualquer coisa sobre a polêmica em torno da imissão de posse de terras na reforma agrária. Ambos concordaram que este é um dos pontos mais polêmicos — talvez o mais polêmico — de todo o texto constitucional.



Fora do plenário, um exército de assessores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por trás dos líderes e das figuras de destaque da Assembleia Nacional Constituinte, existe uma equipe de 1.400 funcionários que auxiliam os constituintes na elaboração de propostas de emendas, revisão de texto, justificativas de propostas e redação de discursos, além de interpretar dispositivos polêmicos do Regimento Interno.

São os funcionários da Câmara e do Senado, recrutados para trabalhar na Constituinte, em regime de tempo integral, até aos sábados e domingos, no exercício das mais variadas funções: copista, mensageiro, assessor legislativo (especialista em leis), datilógrafo, taquígrafo, técnico de som, arquivista, redator, assessor adjunto e assessor especial. Além dos salários, esses servidores, considerados os mais bem remunerados da administração pública federal, estão recebendo gratificações que variam de Cz\$ 5 mil a Cz\$ 20 mil.

Da lista dos 1.400, estão excluídos da gratificação o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins, apesar de ambos cumprirem a mesma jornada de trabalho: das 8 às 23 horas, no mínimo, sem contar os períodos de apresentação e seleção de emendas ou de votações em plenário, quando o trabalho vai até a madrugada.

22 MIL EMENDAS

Esta semana, a equipe mais sobrecarregada foi a dos assessores incumbidos de dar parecer às mais de 22 mil emendas apresentadas no substitutivo do relator, senador Bernardo Cabral. Cada proposta de emenda recebeu um parecer que também será publicado em avulso e distribuído a partir de amanhã. De segunda a sexta-feira, cem assessores técnicos — especialistas nas várias matérias em exame na Constituinte — elaboram, por dia, uma média de 210 pareceres por assessor.

O trabalho é dividido por áreas e as mais sobrecarregadas, segundo informações do diretor da assessoria do Senado, Edgar Rosa, são as de direitos individuais, ordem social e de sistema tributário, que receberam a maior parte das emendas apresentadas nesta fase. A revisão desses pareceres e as adaptações solicitadas pelo relator Bernardo Cabral foram feitas no sábado e no domingo, para que o substitutivo seja apresentado amanhã.

O serviço de taquigrafia da Constituinte fez um levantamento dos trabalhos realizados no período de 1º de fevereiro até 20 de julho. Ele aponta um total de 19.971 laudas taquigrafadas somente nas sessões plenárias da Constituinte. Nas comissões e subcomissões, no mesmo período, foram taquigrafadas 296 reuniões, totalizando 660 horas e 22 minutos.

Constituição homenageia Kubitschek

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Assembleia Nacional Constituinte terá de fazer a partir de agora nova invocação, conforme ordem dada ontem por Ulysses Guimarães, seu presidente: que a obra de redação da nova Carta e a própria transição democrática se processem sob a tutela e a inspiração de Juscelino Kubitschek. A ocasião foi a homenagem prestada de manhã pela constituinte ao 11º aniversário da morte do ex-presidente, que Ulysses chamou de "estadista do sertão", por ter mudado a capital do País para o Centro-Oeste.

O presidente da Constituinte disse também que a transição vivida pelo País é o caminho para a plena restauração da democracia, que será alcançada com a promulgação da nova Constituição. E acrescentou: "Juscelino é a transição", estabelecendo, depois, uma comparação entre o ex-governante e o Duque de Caxias: "O Duque de Caxias foi um pacificador; Juscelino, sem farda, civil, também foi um pacificador, inclusive governando o País sem recorrer ao estado de sítio". Por isso, a seu ver, Juscelino sempre deve ser lembrado nas horas difíceis.

A primeira parte da sessão de ontem da Constituinte foi dedicada à lembrança do 11º aniversário da morte de Juscelino Kubitschek e teve uma oradora especial, a filha de Juscelino, deputada Márcia Kubitschek, do PMDB. Ela leu um discurso de 15 minutos, lembrando passagens da vida do pai e sua principal obra, a construção de Brasília. Em alguns momentos, ao citar frases do pai, a deputada quase não conseguia falar. No plenário estava também a viúva do ex-presidente, dona Sara Kubitschek, que ficou ao lado do governador de Brasília, José Aparecido, do ministro da Justiça, Paulo Brossard e do arquiteto Oscar Niemeyer.

O arquiteto construtor da cidade quase não pôde entrar no plenário da Constituinte — que ele próprio projetou — para acompanhar a homenagem a JK, pois estava sem gravata. Para contornar o problema, o diretor de divulgação da Câmara, Alfredo Obliziner, emprestou-lhe a sua gravata, com a qual Niemeyer acabou indo para casa.

DOIS PLANOS

Na solenidade falou também o deputado Aloisio Vasconcelos, PMDB de Minas, que fez um paralelo entre o plano econômico do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek. Ambos, segundo o orador, com linhas muito parecidas. Só que, como observou em aparte o deputado Ruy Nedei (PMDB-RS), "no governo Kubitschek havia Planos, como agora, e o povo era beneficiado, o que já não acontece".

Fiesp tenta limitar poderes do Estado

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) inicia esta semana uma ofensiva junto aos parlamentares para reduzir o poder do Estado na futura Constituição. Nesse embate — segundo informou a O Estado o vice-presidente e principal articulador político da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira — a Fiesp quer limitar a competência das principais federações das indústrias dos principais estados, como Rio, Minas e Rio Grande do Sul.

"É agora a hora da verdade", afirmou Moreira Ferreira. "Vamos ao corpo-a-corpo total, com mensagens, telegramas e visitas pessoais." O que os empresários querem, explicou, é que a Constituição tenha explícitos no texto todos os poderes e limitações do Estado, em questões como a competência do presidente da República de baixar decretos-leis e do sistema tributário. "Se o Estado continuar sem limites claros, não teremos a segurança necessária para o bom funcionamento do sistema econômico", alertou.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira é o coordenador da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Constituinte (Catco), da Fiesp. Ao longo dos últimos meses, a Comissão elaborou 481 emendas, que foram apresentadas às comissões temáticas da Constituinte por 28 parlamentares. A Comissão de Sistematização aproveitou 80 delas. O relator da comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), divulga na quarta-feira, oficialmente, seu anteprojeto substitutivo de Constituição.

ENTUSIASMO

As revelações que Bernardo Cabral fez sobre o substitutivo durante jantar em sua homenagem, há uma semana, em São Paulo, deixaram os dirigentes da Fiesp entusiasmados, informou Moreira Ferreira. Praticamente todas as questões de interesse da Fiesp — em sete frentes — foram atendidas. Mas os industriais temem que a Comissão de Sistematização e o plenário da Constituinte acabem não explicitando os poderes e limitações do Estado.

"Até aqui nosso trabalho tem dado resultado, mas ainda não temos a garantia de que a revisão da Constituição não será nefasta ao País e que vai sair um texto equilibrado. Mas temos que tomar cuidado para que esses últimos passos não desçam para o esquerdismo."

SETE QUESTÕES

Nos últimos meses, os industriais pressionaram os constituintes em sete questões, para eles fundamentais: 1) Trabalhista, jornada de trabalho de 48 horas, não à estabilidade no emprego e liberdade sindical relativa; 2) Limitação do Estado na economia e prioridade para a livre iniciativa; 3) Empresa nacional com 51% do capital e contra a extensão da reserva de mercado na informática a outros setores; 4) Capital estrangeiro participando do desenvolvimento, com limitações na lei ordinária; 5) Sesi/Senai e Sesc/Senac na iniciativa privada; 6) Energia elétrica com participação da iniciativa privada; 7) Meio ambiente controlado, mas sem necessidade de plebiscito para a instalação de novas indústrias.

Pelas contas da Fiesp — com base nas informações de Bernardo Cabral e de parlamentares "confiáveis" — todas estas questões deverão ser atendidas no plenário da Constituinte. Estabilidade e semana de trabalho de 40 horas, por exemplo, Cabral já suprimiu de seu substitutivo. Conforme Moreira Ferreira, a grande dúvida continua sendo os poderes do Estado. A ofensiva da Fiesp começa amanhã.

STF continua e terá mais cinco ministros

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Supremo Tribunal Federal vai continuar como cúpula do Poder Judiciário brasileiro e exercerá atribuições de Corte Constitucional sem nenhuma alteração na atual composição (11 ministros), e ainda com o acréscimo de mais cinco, aumentando o quadro para 16 ministros. A informação é de um dos assessores da presidência da Assembleia Nacional Constituinte e serviu, ontem, para dissipar um mal-entendido surgido há dias entre ministros do STF, que já davam como certa a extinção do tribunal. Isso é bom ou não?

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, quer mudanças e é categórico quando afirma que "a Justiça no Brasil é cara, lenta e distante do povo". Ele lembra que é por isso que o sistema judiciário precisa mudar. E rapidamente: "É inadmissível", diz Bastos, "que numa cidade como São Paulo um caso de júri popular demore cinco anos para ser julgado; isso, se tu andar de acordo com as normas processuais".

Márcio Thomaz Bastos defende mudanças de cúpula e a corte constitucional. Para ele, a Corte tem que sair para "traduzir a Constituição na vida cotidiana da população". Além disso, o presidente da OAB defende a autonomia orçamentária e financeira do Poder Judiciário. "Isso vai permitir que a justiça fique mais perto do povo e mais transparente."

"A justiça é um dever do Estado e ela só vai mudar se forem executadas as propostas contidas no projeto especial no que diz respeito à base do Poder Judiciário", afirma o ex-secretário da Segurança pública de São Paulo e deputado federal Michel Temer, acrescentando que "a gratuidade da justiça é fundamental para a população porque ela é muito cara no Brasil".

Para o deputado constituinte "o Juizado Especial vai proporcionar ao cidadão um direito de defesa mais amplo e o acesso será bem mais fácil, pois funcionará em um único grau de jurisdição". Na opinião de Temer, a justiça muda na nova Constituição "porque muda o clima político do País". E mais: "Porque a Constituinte é a própria expressão de repúdio ao autoritarismo e a luz de uma nova democracia".

"E nesse contexto", explica o deputado, que também é professor de Direito Constitucional da PUC-SP, "que entra a idéia do acesso fácil do cidadão à justiça. A Constituinte é a ruptura com a ordem jurídica vigente para inaugurar outra compatível com os verdadeiros anseios populares". Michel Temer conclui:

"Não existe democracia sem um Judiciário desburocratizado e aberto ao povo".